

FIGURAS DA CHINA E DE MACAU ENTRE DUAS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS DO SÉCULO XX: CONSOLIDAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO¹

FIGURES OF CHINA AND MACAO IN TWO
PORTUGUESE NAVIGATIONS IN THE TWENTIETH
CENTRY: CONSOLIDATION AND DECONSTRUCTION

Jiayi Yuan²

1 Este artigo tem como base de investigação a tese de doutoramento do autor e é o fruto do projeto “Estudo comparativo da coexistência multicultural representada nas escritas de Macau do século XX”, cujo número é o 63212031, e que foi financiado pelo fundo de investigação da Universidade Nankai. Esperamos que o artigo, que pouco é, dê um pequeno avanço na compreensão das figuras da China e de Macau, representadas na produção literária novecentista em língua portuguesa sobre Macau.

2 Docente do Departamento de Português da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin.

Resumo: Durante os séculos XIX e XX, em Portugal, o orientalismo, um estilo ocidental para conhecer e melhor dominar as civilizações orientais, desempenhava uma função indispensável na estratégia colonial do País de regressar ao Oriente. Nessas circunstâncias, no campo da literatura portuguesa, ia constituindo-se um repositório de figuras estereotipadas do Oriente, mais especificamente, da China e de Macau. Este artigo visa demonstrar a consolidação e a desconstrução dessas figuras da China e de Macau manifestadas em *O Caminho do Oriente*, de Jaime do Inso e em *Nocturno em Macau*, de Maria Ondina Braga, duas obras em língua portuguesa sobre Macau criadas no século XX. Dessa forma, pretendemos delinear de forma mais clara mudanças que tinham lugar na posição tomada pelos portugueses diante do universo chinês num período em que o Império português ia chegando ao fim.

Palavras-chave: *O Caminho do Oriente*, *Nocturno em Macau*, figuras da China e de Macau, consolidação, desconstrução.

Abstract: During the nineteenth and the twentieth century, in Portugal, the orientalism, an occidental style to know and better dominate the civilizations of the Orient, played an essential role in the country's colonial strategy to return to the Orient. In these circumstances, in the field of Portuguese literature, a repository of stereotyped figures of the Orient, more specifically, of China and Macao was formed. This article aims to demonstrate consolidation and deconstruction of such figures of China and Macao manifested in *O Caminho do Oriente*, by Jaime do Inso and in *Nocturno em Macau*, by Maria Ondina Braga, two literary works about Macao, written in Portuguese in the twentieth century. Thus, we intend to sketch out more clearly changes that occurred in the position taken by the Portuguese people in the face of the Chinese world, during a period in which the colonial Portuguese Empire was coming to an end.

Keywords: *O caminho do oriente*, *Nocturno em macau*, figures of China and Macao, consolidation, deconstruction.

A partir da segunda metade do século XIX, com a ascensão do Novo Imperialismo e a expansão de ocupação efetiva entre os impérios coloniais europeus, Portugal, enquanto o império colonial mais duradouro no mundo, começava a enfrentar desafios severos na sua causa colonial. Nessas situações, os territórios asiáticos, entre os quais se destaca, sobretudo, Macau, voltaram a chamar atenção no interior português. Em 1887, a assinatura do Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China possibilitou o primeiro a tratar Macau como uma das suas colônias³ (TAM, 1993). O Ultimato Inglês de 1890 fracassou a aspiração portuguesa aos territórios do Sul da África, incentivando violentas ondas nacionalistas dentro do país e fazendo com que Portugal valorizasse atenciosamente as suas “heranças coloniais”. Já no século XX, o Oriente, no qual Vasco da Gama e Luís de Camões tinham inscrito seus nomes na história portuguesa e onde Portugal tinha completado suas navegações globais, regressou ao centro de propaganda colonial do país.

No campo literário português, o Oriente representa “uma das imagens mais profundas e recorrentes do *Outro*” (SAID, 2004, p. 1) e a “propaganda colonial” influenciava as produções com “marcas e intenções ideológicas onde quase sempre aflora uma superioridade e

3 No que toca à questão do estatuto internacional de Macau determinado pelo Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China, pelo menos no campo acadêmico, há sempre polémicas em relação à soberania de Macau como pertença chinesa ou portuguesa. E ao longo do tempo, publicam-se a fio trabalhos que defendem a soberania de Macau como posse da China (cf. TAM, 1993; ZHENG, 1991; ZHU, 1922).

legitimidade eurocêntricas” (LABORINHO, 1996, p. 7). *O caminho do Oriente* (publicado em 1932) de Jaime do Inso pertence a esse gênero. Com efeito, naquela altura, mesmo que em Portugal a “reconstrução da grandeza nacional no Oriente” (GARCIA, 1996, p. 12) se promovesse com um entusiasmo exaltado, a diminuição da presença colonial portuguesa nos territórios africanos e asiáticos tinha se tornado um facto irreversível. Nos anos 1960, com a erupção da guerra colonial e a perda de Goa, o império colonial português encontrava-se na sua agonia, e foi precisamente nesse período que em 1961, Maria Ondina Braga chegou a Macau. Lá a convivência de quase quatro anos com os chineses serve de fonte de inspiração da criação de *Nocturno em Macau*, cuja primeira edição foi publicada em 1991, três décadas após o primeiro contato da autora com o universo chinês.

Tendo como *corpus* *O caminho do Oriente* e *Nocturno em Macau*, num horizonte comparado, este trabalho visa refletir sobre a consolidação e a desconstrução das figuras estereotipadas da China e de Macau manifestadas nessas duas narrativas de língua portuguesa relacionadas a Macau. Como análise, vamos tentar encontrar respostas para as seguintes questões: Quais são os propósitos de criação dos autores? Como se caracterizam o Oriente, a China e Macau nas duas obras, respetivamente; e quais são as mudanças nelas manifestadas? Visto que a representação da alteridade envolve sempre a identificação da autoridade,

nos dois romances, como são as autopercepções dos protagonistas portugueses que viajavam pelo Oriente e que residiam em Macau, e quais são as mudanças? Finalmente, por meio do contato mais ou menos próximo com os chineses, há tendências e/ou pensamentos manifestados pelos protagonistas e/ou narradores portugueses que porventura ultrapassam as convenções orientalistas?

1 *O caminho do Oriente*: consolidação do canônico padrão orientalista pela nova necessidade de propaganda colonial

Jaime do Inso (1880-1967) foi um oficial da Marinha portuguesa e ao longo da sua carreira marítima percorreu praticamente todas as paragens importantes nas rotas dos descobrimentos quinhentistas e seiscentistas. Aportou em Macau por três vezes e, logo na primeira chegada, em 1903, tinha sido atraído pela China — “civilização nova e rica” (INSO, 1996, p. 64). Em 1911, o então segundo tenente Inso chegou a Macau pela segunda vez, de modo que cumprisse a missão da Marinha portuguesa, e a estadia foi muito breve. Em 1926, já como comandante da canhoneira *Pátria*, Inso começou a sua última e mais prolongada estadia na região, que duraria três anos. No prefácio d’*O caminho do Oriente*, Ana Paula Laborinho (1996, p. 5) resume que “de todos

os lugares por onde passou foi Macau que maior fascínio exerceu sobre ele, a par da China, constituindo o tema principal quer da obra literária quer das obras de divulgação”.

Donde tinha derivado o grande entusiasmo de Inso pelo universo chinês? Qual seria o seu propósito para divulgar as suas imagens de Macau e da China? Para esclarecermos essas questões, em primeiro lugar, é preciso examinarmos as situações gerais da causa colonial sustentada pelo Império português durante as décadas de 1920 e de 1930 do século XX, ou seja, o pano de fundo sob o qual se cria *O caminho do Oriente*. No artigo intitulado “A imaginação de um ocidental’ rumo à alteridade: representações dos espaços (semi)coloniais de Macau em *O caminho do Oriente* de Jaime do Inso”, apoiando-se num estudo exaustivo dos relevantes detalhes históricos, Rogério Miguel Puga (2016) demonstra com a maior clareza as estreitas relações entre a criação do romance e a propaganda colonial de regresso ao Oriente veiculada com fervor no império português. Ao afirmar que o romance é “um texto literário altamente ideológico de cariz abertamente colonial e orientalista dedicado aos mais jovens” (PUGA, 2016, p. 550), o autor explicita bem “a função formativa e pedagógica” da história nele contada. Em 1931, com *O caminho do Oriente*, Inso vence o primeiro prémio do VI Concurso de Literatura Colonial (1926-1969), que consta das “inúmeras estratégias culturais ao serviço da retórica

ideológica da ‘política do espírito’, do valor econômico da ‘vocação colonial’ e da ‘mística imperial’ portuguesas” (PUGA, 2016, p. 541). Conforme Puga, o marinheiro-escritor terá tido em mente o concurso, ao redigir o romance. Um ano após a publicação da obra, em 1933, António de Oliveira Salazar veicularia também o ressurgimento de Portugal nos espaços coloniais (PUGA, 2016, p. 550). Neste sentido, podemos dizer que o propósito de Inso ao criar o romance é, sobretudo, contribuir com a propaganda do projeto de ressurgimento no Oriente, que naquela época foi veementemente promovida por Portugal.

Além disso, cremos que a resposta se encontra também na obra. No Capítulo I, em que domina a voz do narrador português, imitando o tom épico d’*Os Lusíadas*, ele evoca o significado histórico do Oriente para a nação portuguesa e explicita a importância atual de regressar ao Oriente. Daí, demonstram-se pelo menos duas razões que podem explicar o entusiasmo de Inso.

Em primeiro lugar, na interpretação do narrador, o Oriente é “sonho antigo de Portugal, factor da nossa grandeza, visão incompreendida do grande Infante, [...] o rasto da epopeia lusitana [...]”, uma existência sedutora, “o motivo das estrofes d’*Os Lusíadas*”; enfim, um símbolo orgulhoso que “fará perdurar na memória dos homens a fama e o eco da gente lusitana” (INSO, 1996, p. 15). É razoável dizer que essas descrições dedicadas ao Oriente deixam-nos lembrar os seguintes versos da epopeia de Camões:

*E também as memórias gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando
[...]*

(Canto 1, estrofe 2)

Por conseguinte, percebemos que logo na proposição da sua obra, por meio da imitação literária d'*Os Lusíadas*, ou seja, da “reconstrução” e da “repetição”⁴ desse cânone literário em que se impõe definitivamente a imagem do Oriente comumente aceite na cultura portuguesa, Inso contribui para a consolidação das impressões convencionais que ao longo dos séculos a nação portuguesa mantinha sobre o Oriente, segundo as quais este, muito além de ser uma noção geográfica, torna-se em fonte dos apegos portugueses à divulgação da Fé e à expansão do Império, em manancial de riquezas, assim como em símbolo da sua grandeza e glória nacionais.

Porém, na realidade contemporânea, conforme o narrador, o Oriente, mesmo que “ainda se [mantivesse] aliado à nossa tradição, já desapareceu de nós”, ficando “divorciado” de Portugal; e ao mesmo tempo, naquela “metade do mundo”, “interesses enormes se [digladiam]”, “as potências se anteolham e medem, buscando, como rivais, colocação para os

4 Segundo Said (2004, p. 142), a forma de sustentação do orientalismo, ou antes, “o seu modo de ser, desde o início, foi a reconstrução e a repetição”.

seus produtos naquele vastíssimo mercado” (INSO, 1996, p. 15-16).

Noutro lugar, já referi que a divisão do mundo em duas metades demonstra a dicotomia Oriente/Ocidente arraigada profundamente na consciência ocidental; e que na visão ocidental, o Oriente não era mais do que “um peixe colocado em uma tábua de cozinha”⁵ (YUAN, 2020, p. 205). Perante um mercado tão lucrativo, o narrador incita o seu leitor a considerar a seguinte questão: “naquela metade, direi, não poderíamos nós, também, ter procurado a nossa parcela de lucros?” (INSO, 1996, p. 16). Dessa forma, compreendemos que a aspiração de tirar partido do Oriente é o segundo motivo que incentiva o entusiasmo de Inso pela região.

Com efeito, a procura da riqueza no Oriente, um dos motivos incipientes que no século XV tinha promovido o empreendimento das navegações portuguesas, voltou a ser uma “missão da época” para o Portugal republicano recém-nascido. Já em 1912, ano em que Inso exerceu a sua missão no Oriente, Montalto de Jesus⁶ assumiu-se “a favor de um maior desempenho por parte de Portugal nas oportunidades comerciais que a China parecia oferecer”,

5 “O Outro é como se fosse uma faca cortante, e o Eu um pedaço de peixe” ou “Peixe colocado em uma tábua de cozinha” são expressões chinesas para indicar situações em que o Eu se encontra desfavorecido e dominado pelo Outro à toa.

6 Montalto de Jesus (1863-1932) nasceu em Hong Kong e faleceu em Xangai. Foi defensor da causa colonial de Portugal no Oriente e membro da Sociedade da Geografia de Lisboa.

preocupando-se com “a apatia de Portugal em relação a Macau” (BROOKSHAW, 2000, p. 35). Em 1932, ano do lançamento da primeira edição d’*O caminho do Oriente*, perante o desempenho medíocre de Portugal no mercado chinês, Inso mostrava ao seu leitor as perspectivas “brilhantes” que o país pode alcançar, quando este tiver conseguido regressar ao Oriente. Todavia, de acordo com Inso, nos anos 1930, Portugal já perdeu oportunidades que tivesse devido aproveitar “há duas dezenas de anos atrás” (INSO, 1996, p. 16); e na sua descrição, o Oriente, longe de ser “um *baldio* onde nos encontrássemos sós em campo”, era “uma espécie de *feira franca* onde os povos mais *progressivos* estabeleceram uma luta violenta de competições”, ademais, e o que era ainda mais complicado é que, na altura, o Oriente já “despertou do seu *letargo milenário*” (INSO, 1996, p. 16, grifo nosso).

Nos excertos acima citados, por um lado, o narrador continua a fortalecer a figura do Oriente como uma terra agreste e bárbara que serve exclusivamente para a exploração dos povos mais “progressivos”, e por outro lado, alerta que o Oriente, leão caído em sono, já acordou. Neste último sentido, parece que o narrador também está ciente e reforça uma das perceções convencionais formadas dentro do mundo europeu no século XX, isto é: “[a] Ásia representava então a desagradável probabilidade de uma súbita erupção que destruiria o ‘nosso’ mundo” (SAID, 2004, p. 295).

De facto, nos outros lugares do romance, revela-se também a preocupação de Inso com o mundo chinês, como nos seguintes excertos: “[os] europeus, na China, são como *gotas de água perdidas num imenso lago*” (INSO, 1996, p. 70, grifo nosso); “os dois amigos [Rodolfo e Frazão] profundamente surpreendidos e *sentindo-se como que lançados num mar desconhecido onde seria difícil deixarem de perder-se*” (INSO, 1996, p. 73, grifo nosso) etc.

Perante aquele caminho do Oriente rumo à reconstrução da grandeza nacional e ao revigoramento económico, mas onde “as dificuldades [se erguem] eriçadas”, o narrador tenta encorajar o leitor com a seguinte exclamação: “ai de nós se as dificuldades nos fizerem recuar!”, esclarecendo o propósito de narração da história d’*O caminho do Oriente*, isto é: “[prestar] modesto concurso para o complexo problema do nosso regresso ao Oriente [...] com a propaganda indispensável daquela metade do mundo onde ainda conservamos, como herança, uma jóia antiga que se chama Macau” (INSO, 1996, p. 16).

No “Prefácio do autor”, Inso também explica diretamente a sua intenção da criação do romance como o seguinte: “e tudo, que pouco é, destina-se apenas aos novos para que, num próximo ressurgir da Pátria — se para tanto houverem *engenho e arte* — eles se não esqueçam daquele caminho antigo onde *Ela tanto se notabilizou: o do Oriente!*” (INSO, 1996, p. 13, grifo nosso). Esse excerto nos recorda novamente dos

versos d'*Os Lusíadas*: “— Cantando *espalharei por toda parte/Se a tanto me ajudar o engenho e arte*” (Canto I, estrofe 2, grifo nosso), e Inso, imitando o estilo épico de Camões, consolida constantemente a percepção mais bem aceite do Oriente — símbolo que comprova a grandeza de Portugal — por entre os portugueses.

Antes de apreciar as novidades no plano de caracterização do Oriente, é de destacar que a fim de atingir o seu propósito de fazer propaganda da vida colonial de Macau e de encorajar os jovens portugueses a dedicarem-se à causa de regressar ao Oriente, ao representar a China e Macau, Inso segue sempre duas orientações: 1) aliviar o sentimento de afastamento do seu leitor perante o universo chinês, e despertar-lhe a curiosidade de exploração e o orgulho pela glória passada de Portugal no Oriente; e 2) advertir o leitor do “perigo” de deslumbrar-se com os prazeres e a “vida perdulária” que pode encontrar na China (YUAN, 2020, p. 32). Baseando-se nessas orientações, Inso “inventa” uma estratégia de interpretar a China, ou seja, tece uma rede complexa em que comparar e até “organizar combate” entre o Oriente — a alteridade — e o Ocidente — a autoridade — se configura uma China misteriosa, fascinante, irracional e diferente — uma antítese do Ocidente prosaico, racional e normal.

No capítulo XIV, “O Ano Novo”, logo que os protagonistas — Rodolfo e Frazão — chegaram a Macau, o narrador assume os seguintes comentários:

É só mais tarde, passando um certo período de adaptação, que o europeu, de uma maneira geral, se encontra em face do dilema — ou se molda e adapta ao *novo meio que dificilmente virá a trocar por outro, mesmo pelo da super civilização*, ou não se moldou, não se adaptou e a vida passa a decorrer-lhe como um martírio para que só há um remédio: abandonar a China!

[...] É que o Oriente e, portanto, a China dispõe de certos *influxos intoxicantes, intraduzíveis e estranhos*, que só quem os experimentou pode sentir e apreciar. (INSO, 1996, p. 76, grifo nosso)

Nos trechos acima citados, o narrador, além de consolidar novamente a ideia eurocêntrica de que em comparação com o universo chinês, o europeu representa uma civilização superior e racional, atribui à China um poder misterioso e nocivo que é capaz de seduzir os europeus, despertando assim a curiosidade do seu leitor a conhecer mais sobre aquele país tão longe e que existe quase somente em lendas e narrativas mais ou menos ficcionais.

No mesmo capítulo, depois de os dois amigos terem visitado o bairro, o mercado e uma loja chinesa, parece que Rodolfo já foi “influenciado” pelo poder da China, pois de acordo com o narrador, a China “estava causando uma profunda impressão no espírito de Rodolfo, despertando-lhe *um desejo cada vez maior de devassar, de ler fundo no enigma que pressentia em tudo que o cercava*” (INSO, 1996, p. 76, grifo nosso).

No capítulo XV, “O Bazar”, o narrador continua a tecer a figura da Ásia/China, realçando-lhe o poder indizível de “vencer” a Europa numa luta mental dos

viajantes europeus que chegam à China. Conforme o narrador, existe “[...] mais um elemento para a luta que, como regra geral, se trava no espírito do recém-chegado e onde os lutadores são dois sem que ele dê por isso — a Europa e a Ásia” (INSO, 1996, p. 76, grifo nosso). E nessa luta:

[a] arena somos nós que, insensivelmente, vamos concedendo vantagens a um dos contendores. Se a Europa vence, e este caso é o mais raro, a Ásia fica reduzida a um farrapo grotesco de cujo contacto depressa nos saturamos; se a Ásia é vencedora, como geralmente sucede, aqueles *dessous* tão chocantes e desagradáveis sofrem uma extraordinária transformação e passam como que a integrar-se na sublime visão da China, numa espécie de sonho realidade, factor indispensável da existência. (INSO, 1996, p. 83)

Então, parece que em geral, naquela luta incontornável entre o Ocidente e o Oriente, a Europa e a Ásia, Portugal e a China, o Eu e o Outro, os europeus vão sendo assimilados pela Ásia, pelo universo chinês e pela alteridade. Assim, o narrador volta a demonstrar ao seu leitor o perigo potencial da China, pois ela é capaz de deixar os europeus a ser absorvidos e a perder-se nela, sem que deem por isso.

No que toca à representação daquela luta, o académico inglês David Brookshaw indica que isso corresponde a “um dos traços característicos da literatura colonial”, ou melhor, nesse género literário, os heróis têm de conseguir uma conciliação entre “o seu *desejo*

de aventura — o que implicava também um certo *fascínio pela realidade cultural em que se encontravam* — e a sua *capacidade de preservar a sua própria identidade cultural, a sua autoridade como representantes do poder imperial*” (BROOKSHAW, 2000, p. 36, grifo nosso). Nessa situação, o autor também destaca o perigo da alteridade que é interpretado nas narrativas coloniais, e por isso, segundo o acadêmico, nesse gênero de narrações, a alteridade “*tinha que ser vencida, para depois ser banalizada e rendida inútil*” (BROOKSHAW, 2000, p. 36).

Com efeito, no romance, observamos que embora Rodolfo ficasse “*perfeitamente identificado com as comodidades orientais*” (INSO, 1996, p. 125), aspirasse “*a plenos pulmões aquele encantamento da China...*” (INSO, 1996, p. 128), sentisse que a China “[*lhe pousava*] pouco a pouco a garra empolgante, absorvendo-lhe a razão, fascinando-lhe o pensamento” (INSO, 1996, p. 130), “[*notasse*] um alheamento total por tudo que não se prendesse com a China” (INSO, 1996, p. 168), satisfizesse-se com o encontro de “*uma posição*” no universo chinês (INSO, 1996, p. 170), com a morte da sua amante chinesa — A-Mi, uma *Pi-Pa-T’chai* que ele comprou com uma grande quantia de patacas —, desvaneceram os laços que iam tornando-se cada vez mais fortes entre ele e a China, e que “*o afastavam do ambiente europeu*” (INSO, 1996, p. 168). Daí, o “*herói*” do império foi salvaguardado, regressando novamente à comunidade portuguesa local.

2 *Nocturno em Macau*: desconstrução de “estratégias coloniais”⁷ pelo convívio em pé de igualdade

Maria Ondina Braga (1932-2003) foi uma viajante-escritora que sozinha corre ceca e meca. Durante sua vida inteira, percorreu Europa, África e Ásia. Quanto à sua família, o pai morreu cedo, deixando livros volumosos que ela gostava de ler; a mãe era “uma senhora de antigamente” e “criou os filhos com uma austeridade quase monacal” (BRAGA, 1983, p. 138) e ela tinha um tio que lhe contava “[o] Oriente como se fosse o mais belo dos sonhos”, incitando-lhe a paixão e a curiosidade pela China (GRAZIANI, 2010, p. 144). É plausível dizer que são as influências exercidas pela sua família que lhe moldaram o carácter e a experiência, atribuindo-lhe a sensibilidade e o fraco por letras, a discrição e a faculdade de viver em solidão, assim como o entusiasmo e a vocação para o universo chinês. Todavia, não podemos negar a possibilidade de que as primeiras impressões de Ondina Braga sobre o Oriente e a China provieram de “um devaneio europeu coletivo do Oriente” (SAID, 2004, p. 60), em que o Oriente é interpretado como um sonho, um paraíso ou um remédio que salvasse os europeus da sua realidade orientada pelo “progresso”, pela normalidade e pela rotina (LABORINHO, 2010,

⁷ Segundo Mônica Simas, a análise da “produção da literatura em língua portuguesa relacionada a Macau, à luz de uma situação de fim de império” evoca “o ruir das estratégias coloniais” (SIMAS, 2007, p. 257).

p. 24). Dessa forma, é muito provável que, *a priori*, a percepção primordial de Ondina Braga sobre a China seja influenciada por estereótipos eurocêtricos.

Tornou-se órfã na sua adolescência e logo decidiu sair da sua terra natal, Braga, e de Portugal. Enquanto jovem, estudou na Inglaterra e na França, e depois procurou trabalho de ensino da língua portuguesa em Angola e Goa. No final de 1961, com a invasão dos indianos a Goa e a derrota sofrida pela parte portuguesa, Ondina Braga foi coagida a abandonar a região. Sendo impulsionada pelo espírito de aventura e pela inclinação para a China (BRAGA, 1984, p. 12), aportou em Hong Kong e poucos dias mais tarde chegou sozinha a Macau. Em Macau, enquanto professora de inglês no colégio religioso Santa Rosa de Lima, viveu dos magros honorários durante três anos. Em *Passagem do Cabo*, livro de crônicas, Braga (1994, p. 143) escreveu que: “viera a Macau movida pelo sonho do Extremo Oriente”.

Nesse sentido, no que diz respeito aos propósitos de fazer estadia em Macau, é plausível dizer que em comparação com o de Jaime do Inso, isto é, cumprir missões coloniais e, mais profundamente, dar contributo à causa colonial do império português de conhecer Macau para melhor tirar proveito e dominar o território, o de Maria Ondina Braga é mais caprichoso e simples — ir para ver a terra e conhecer o povo chinês.

Em Macau, no sentido ontológico, Ondina Braga tentava refletir sobre a sua própria identidade, sobre as suas experiências transcontinentais, sobre os encontros

e diálogos com os Outros oriundos de contextos culturais mais diversos, enfim, sobre sua vida passada.

Diante do universo chinês, em vez de tomar a posição enquanto “representante do império”, de levar uma vida privilegiada e luxuosa, de observá-lo à distância ou de fazer-lhe discursos moldados por propósitos coloniais particulares, conviveu com suas colegas do colégio na Casa das Professoras, visitou e conheceu os recantos menos conhecidos da cidade sozinha ou com a companhia das amigas chinesas e, por meio das interações e dos diálogos realizados com elas, conseguiu compreender alguns dos aspetos mais íntimos da cultura chinesa.

Segundo a escritora, foi em Macau que começou a escrever (BRAGA, 1984, p. 12). Em 1965, publicou as crônicas de viagem *Eu Vim para Ver a Terra*; em 1968, o livro de contos *A China Fica ao Lado*; em 1969, o romance autobiográfico *Estátua de Sal*, em que ela exprime que: “Macau é a minha alma a revelar-se, é toda uma vida de exaltação e de mágoa analisada, revivida, pronto a ser cantada” (BRAGA, 1983, p. 5). Em 1991, no momento em que a quarta edição de *A China Fica ao Lado* foi publicada pelo Instituto Cultural de Macau, a escritora teve a oportunidade de regressar a Macau de onde tinha partido há quase três décadas, e naquela ocasião, de forma comovente, definiu de novo o sentido de Macau “que, segundo se anuncia, não será para o Portugal do futuro mais que uma saudade e que, no entanto, há cerca de três décadas, eu

teimo, desinteressada e pacientemente, em perpetuar pela pena” (BRAGA, 1991, p. 5, grifo nosso). No mesmo ano, publicou o romance *Nocturno em Macau*, o canto de cisne da viajante-escritora. Em 2004, foi publicada a sua obra póstuma *O Jantar Chinês e Outros Contos*.

Em suma, o seguinte trecho que José Carlos Seabra Pereira (2015, p. 258) resume no seu trabalho intitulado *O Delta Literário de Macau* demonstra bem o significado de Macau para a escritora:

É em Macau, e em boa parte pela relação com Macau, que o destino de criadora literária se impõe irreversivelmente, com a ironia fecunda de passar por uma intérmina demanda de si mesma — também ela, como a sucessiva reconfiguração da sua escrita, indissociável da ligação a Macau.

[...] Na obra de Maria Ondina Braga há um *continuum* de vinculação genésica a Macau («na pista da China» como diz algures), como espaço único (e cadinho único) de múltiplas linguagens e de identidades várias e abertas, nem totalmente chinês, nem totalmente português, nem completamente antigo nem moderno, mas flutuando algures em lugares intermédios.

Além disso, a partir da definição do sentido de Macau dada por Ondina Braga em 1991, sabemos que já nos anos 1960, durante a sua estadia em Macau, teria tido a previsão sobre a derrota final que o império colonial português iria sofrer num futuro não muito distante⁸. Abordando obras em língua portuguesa sobre

8 A seguinte afirmação de Brookshaw (2010, p. 24) em relação à situação sociopolítica de Macau a partir das décadas de 1960 do século XX favorece

Macau produzidas naquele contexto do fim do império, a professora Mônica Simas (2007, p. 257) indica que enquanto continuava a desenvolver-se “a crise do colonialismo e do imperialismo”, no campo literário, surgiu uma nova tendência que em vez de repetir a convenção estabelecida no gênero colonial de tentar “legitimar uma posição central do sujeito”, “passou a posicionar o sujeito em uma relação de dissensos”.

Com efeito, na análise de *Nocturno em Macau* que vamos realizar, podemos observar que “os enormes poderes egocêntricos [e chamativos], baseados na consciência europeia” (SAID, 2004, p. 185) manifestados n’*O caminho do Oriente* foram substituídos por uma reflexão discreta da protagonista da sua própria identidade e do seu estado existencial, pelo seu questionamento do sistema colonial que ainda subsistia em Macau, pela sua posição de conhecer o Outro por meio de diálogos livres e de experiências comuns, e em suma, por “uma posição saudavelmente pós-colonial” (MARTINS, 2017, p. 783) que ela mostrava ao conhecer o universo chinês.

Naturalmente, “[a] transformação desse posicionamento do sujeito português diante das formas de compreender a cultura chinesa” (SIMAS, 2007, p. 257)

esse nosso julgamento, segundo o acadêmico: “[...] seria legítimo concluir que a crise de 1961 tenha tido profundas repercussões em Macau: o início da guerra colonial em Angola e talvez mais importante na óptica dos macaenses, a invasão de Goa, Damão e Diu, precisamente numa altura de incerteza sobre o futuro imediato de Macau. Tudo leva a crer que os eventos em África e na Índia, sem falar na hostilidade latente de uma China em plena revolução maoísta, tiveram o seu efeito no território [...]”.

manifesta-se também no plano da configuração da China e de Macau. Neste sentido, notamos que, por um lado, n’*O caminho do Oriente*, o Oriente, a China e Macau são representados como se fossem pintados num “óleo sobre tela”, em que são destacados os seus significados simbólicos como sendo “fator da nossa grandeza e decadência”, um “mercado imenso”, uma “feira franca”, um monstro atraente e fatal, uma “jóia antiga” que Portugal ainda conservava no Extremo Oriente; por outro lado, em *Nocturno em Macau*, a narradora representa Macau e o universo chinês que habita a cidade numa “aguarela” sutil e rica em detalhes mais variadas.

Na obra de Ondina Braga, não são raras as situações em que a narradora onisciente penetra na consciência da protagonista, Ester, e até na da sua amiga mais próxima, Xiao Hé Huá; nestas ocasiões, a voz da narradora pode confundir-se com as delas, revelando-lhes as visões sobre a vida cotidiana de Macau e sobre o universo chinês.

Quanto à figura de Macau, o território é interpretado a partir de sentimentos de habitação de Ester, que se converteram de um distanciamento e até ressentimento do contato com o Outro, tanto físico como mental, numa vontade de descoberta da alteridade.

Logo no início do romance, Macau é representado como um lugar apertado, onde todos se conhecem, por isso, segundo Ester, Macau era uma terra em que não havia privacidade nem independência e, pior ainda, “uma terra de mexericos” (BRAGA, 1993, p. 18).

O quarto de Ester na Casa-das-Professoras era “[do] tamanho de um pequeno barco [...]: uma sampana do Porto Interior” (BRAGA, 1993, p. 12) e pousando lá dentro, de vez em quando Ester tinha de praticar algumas pequenas “cerimónias” para deleitar-se numa condição “sem nenhum conforto, sem nenhuma companhia” (BRAGA, 1993, p. 23).

De facto, não foi por uma vez que Ester revelou o seu ressentimento pela falta de privacidade naquele território “tão pequeno e tão pouco” (BRAGA, 1993, p. 29). Quando a sua vizinha Xiao lhe bateu à porta para fazer um convite, Ester teria percebido essa ação como uma pequena “invasão” ao seu espaço privado, queixando-se de que “quem poderia gabar-se de independência num lugar assim? Independência implicava privacidade, implicava espaço, e na China conceitos desses ficavam-se pelos biombos” (BRAGA, 1993, p. 31).

Noutra ocasião em que Ester pretendeu ir ter com Lu Si-Yuan, o seu “misterioso amigo” chinês que trabalhava em Coloane, receava que a gente em Macau contasse bisbilhotices — “Alguém que a visse entrar na lancha e fosse depois comentar no café: muito saída da casca a professora de Santa Fé, já repararam?” (BRAGA, 1993, p. 69) — e que a vizinha notasse a sua ausência. Então, suspirou o seguinte: “Deus do céu, a proximidade desses quartos [...]. *Mais que proximidade, ia dizer, promiscuidade.* E não apenas no colégio de Santa Fé. Não. Em toda a Leal Cidade. Aquele aperreamento. Aquela prisão” (BRAGA, 1993, p. 69, grifo nosso).

É plausível dizer que o apego veemente de Ester à independência e à privacidade derivam do afastamento e da cautela que ela mantinha perante a alteridade, numa fase inicial da sua estadia em Macau e do seu convívio com as personagens chinesas. Ao passo que se tornava mais prolongada a sua estadia, Ester passou a ter vontade de aproximar-se da cultura chinesa, de dar passeios pelo bairro chinês e de descobrir-lhe cenas da vida cotidiana.

Num domingo em pleno verão e “triste”, surgiu a Ester a seguinte ideia:

Se eu fosse esta tarde até ao Bazar? Para matar o tempo. As tendinhas dos achares, as do ferro-velho, as dos retalhos de seda crua [...]. Rebuscar nos tintins por umas tesouras em segunda mão: queria recortar do calendário o barco-dragão para enfeitar as paredes nuas do quarto. [...] Imponente o barco-dragão, os imortais ali a celebrar o aniversário da Rainha Mãe do Oeste. (BRAGA, 1993, p. 52)

E continuava a meditação de Ester: “Tesourinha que mandaria amolar a fim de o serviço sai aseado: os remos do barco, a cauda do dragão, os fios da barba do dragão” (BRAGA, 1993, p. 52). A partir da vontade de Ester de usar o barco-dragão que iria recortar do calendário para enfeitar o seu quarto, do conhecimento que ela tinha sobre a lenda da festa de aniversário da deusa chinesa — Xi Wang Mu, ou seja, Rainha Mãe do Oeste —, bem como do cuidado que prestava à qualidade daquele recorte, podemos sentir o cabimento e

o entusiasmo que Ester tinha em relação à cultura e arte chinesas.

Durante a sua deambulação pelo bairro chinês, saboreava as memórias do último encontro com o seu amigo chinês, de quem ela tinha recebido uma misteriosa carta escrita em chinês. Então, Ester teve a “vontade de dar uma saltada ao San Kiu” (BRAGA, 1993, p. 58), zona que Lu Si-Yuan costumava frequentar. Porém, a vontade foi recalcada pelo medo de se deparar com alguns conhecidos: “A criada mais moça do colégio morava lá, tinha um menino de colo: à porta de casa a costurar um coletinho para o estômago do filho, que diria A-Chai ao vê-la por essas paragens? Não. Costurar, hoje, não, que A-Chai é católica, e dia do Espírito Santo...” (BRAGA, 1993, p. 58). Por meio desse trecho, percebemos que na imaginação de Ester a zona chinesa, isenta de um tom “misterioso” ou “exótico” — como era normalmente representada nas obras orientalistas —, se reveste de uma tranquilidade e de um certo carinho.

Quase no final do romance, antes de pensar seriamente na partida de Macau, Ester tentou encontrar, por última vez, o seu amante chinês no bairro San Kiu. Naquele momento, a angústia, o receio e até o ligeiro ressentimento em relação a Macau, que ela tinha guardado nos primeiros dias da chegada, tornaram-se numa saudade que se incute na representação cheia de ternura do bairro chinês, já identificado por Ester como “o seu primeiro porto de abrigo” num estado de ficar “um tanto desterrada”.

O San Kiu. Tinha mesmo *saudades* desse bairro que fora o seu *primeiro porto de abrigo* em Macau: [ruínas] antigas onde ciscavam galinhas, mulheres à porta de casa a lavar os cabelos dos filhos com água de sementes de anona, a monção alagando tudo. (BRAGA, 1993, p. 202, grifo nosso)

No processo de familiarização com a vida em Macau, Ester dispunha-se a decifrar os mistérios de Macau e do universo chinês que lá encontrava. Segundo a visão da recém-chegada, em Macau, há mistérios “a cada canto, a cada esquina” (BRAGA, 1993, p. 26). É de admitir que as personagens chinesas desempenham um papel indispensável e norteador naquele caminho de decifração de mistérios, ou seja, em que Ester ganhava cada vez maior intimidade com Macau, adquirindo conhecimentos mais profundos sobre os vários aspetos da cultura chinesa, pois era durante as interações e convívios com os seus amigos chineses que a portuguesa ia percebendo as visões, os pensamentos e as mentalidades dos chineses sobre sua própria cultura — a chinesa, recebendo as notícias mais diversas sobre Macau e até sobre a China Continental.

Num dos passeios de sam-lun-ché⁹ nas tardes de domingo, que Ester e Xiao costumavam emparceirar-se uma com a outra, a chinesa confidenciou à portuguesa uma das suas experiências mais penosas:

⁹ Um tipo de tricicleta movida pela força humana e destinada a transportar passageiros. Era comumente usada em Macau durante a década de 1960, no século XX.

Foi quando a professora chinesa se pôs a falar do tempo em que saíra da China com a avó, tinha onze anos: para o caminho, mantimentos salgados, peixe, hortaliça, um risco, que o sal traía os *fugitivos* pelo cheiro, mas a carne fumada era comida de Inverno. Para mais a fruta dera-lhe o arejo, *nesse ano, ninguém chegava à fruta.* (BRAGA, 1993., p. 32-33, grifo nosso)

A seguir, a voz “confusa” e onisciente da narradora revela ao leitor um dos “segredos amargos” que normalmente era abafado na cultura chinesa ou, mais precisamente, por fugitivos de guerras, de desastres naturais, de pestes etc.:

Ester não perguntou se tinham passado fome: coisa que não se perguntava, parecia mal. A fome os chineses calavam-na consigo como um aleijão, como as velhas o pezinho-de-cabra. Tempo em que fugiam da China não apenas prostitutas e marginais, mas até gente fina, famílias com dom. (BRAGA, 1993, p. 33, grifo nosso)

Naquela ocasião, parece que Ester tinha uma certa empatia na fuga humilhante e privada de mínimas condições de vida experimentada pela sua amiga chinesa, porque num passado não muito longínquo, a portuguesa tinha sido coagida a fugir de Goa “invadida pelos indianos” (BRAGA, 1993, p. 12) e aportou em Macau “de fato fino no pino do Inverno” (BRAGA, 1993, p. 13). Além disso, o comentário abaixo citado de Simas (2007, p. 259-260) sobre *A China Fica ao Lado* também é apropriado para esse caso:

[Na] narração [...] o “olho intérprete” incide sobre a condição da vida em estado de exceção, dando visibilidade às transformações acarretadas pelas guerras, pelas trocas dos sistemas políticos e pela crescente modernização da China. O exterior e o interior cruzam-se em sua maneira de narrar.

Embora com a “ajuda” das personagens chinesas e da narradora onisciente Ester conseguisse decifrar com perspicácia a maioria dos mistérios que “há nos pequenos gestos da comunidade chinesa” (SIMAS, 2007, p. 260), preservou intocados alguns dos “mistérios” ligados aos seus amigos chineses, entre os quais se realça uma carta escrita pelo seu “misterioso” amigo Lu Si-Yuan:

Subia o jardim, e já na escadaria do colégio, o que lhe havia de ocorrer, a professora-de-inglês? Nada mais nada menos que a folha de arroz coberta de caracteres sínicos que *guardava trancada* na gaveta. De vez em quando abria a gaveta, desenrolava o papel de arroz, aspirava-lhe o perfume, ficava a contemplá-lo como quem contemplasse um quadro. [...] Cartas de amor, horto cerrado. Mandara-lhe essa secreta mensagem o seu enigmático amigo, *na certeza de que ela não ia nunca traduzi-la, não ia nunca profaná-la*. (BRAGA, 1993, p. 22, grifo nosso)

Para Ester aquela carta simboliza a quintessência do mistério da China, e ao pensar em ou apreciar aquele “quadro” composto de caracteres chineses, ficava tomada por uma nuance de sentimentos mais variantes e até ambivalentes, a saber: “inesperado e imperioso

desejo” (BRAGA, 1993, p. 21), “o devaneio” (BRAGA, 1993, p. 22), a satisfação “vitoriosa”, uma sensação solene e o receio pela percepção de outrem (BRAGA, 1993., p. 57), curiosidade pelo conteúdo e pelo tratamento dela na carta (BRAGA, 1993., p. 212), a hesitação de destruir a carta ou não antes da partida e a determinação de arrecadá-la no seio (BRAGA, 1993., p. 215).

Dentre esses sentimentos, o devaneio, segundo a narradora, era “coitado, a sete chaves na gaveta” (BRAGA, 1993., p. 22). Essa expressão nos remete aos seguintes versos do poema “Canção da partida”, escrito por Camilo Pessanha (2017, p. 102), depois de o poeta ter sido recusado por Ana Castro e antes de decidir partir para Macau:

[...]
*É hei-de mercar um fecho de prata.
O meu coração é o cofre selado.
A sete chaves: tem dentro uma carta...
— A última, de antes do teu noivado.*

A sete chaves, — a carta encantada!
[...]

No caso de Pessanha, a sua “carta” de amor, como é quase óbvio, ficava trancada no seu coração selado, sendo indizível e ilegível para a sua amada. E no caso de Ester, mesmo que recebesse a “carta encantada”, não conseguia lê-la, mas pelo menos podia vê-la, visioná-la e inventá-la (BRAGA, 1993, p. 23) com belíssimas imaginações, à moda chinesa:

la desenrolando a folha perfumada de papel de arroz, ia-a estendendo na mesa dos livros, iam ressaltando do fundo branco os ideogramas a tinta-nanquim como um baixo-relevo: linhas irregulares, a prumo, linhas deitadas e paralelas em pauta de música, e arcos, e ângulos, e asas. *Uma arquitetura. Um templo de nove pisos e nove vezes nove empenas a perscrutar os ares. Um bosque de bambus depois da chuva.*

E como tivera meia dúzia de lições de chinês com Xiao Hé Huá: Deixa-me ver se conheço alguns destes hieroglíficos. Homem, homem conhecia. E palavra. Homem-de-palavra, seria? E fio-de-seda: o fio fino, frágil, do afecto? Também coração que, seguido de faca, significava tristeza. Tristeza ou, quem sabe, paixão. *A inventar mais que a traduzir, a professora-de-inglês, e a gozar com tal jogo.* Ao fundo, a assinatura em caracteres latinos: Lu Si-Yuan. Pronunciava o nome a meia voz, supersticiosa. Lu, o apelido. Mas que querereria dizer Si-Yuan? (BRAGA, 1993, p. 57)

Como Ester só teve algumas lições de chinês com a sua amiga, não era capaz de compreender nas entrelinhas da sua carta de amor. Parece que a tradução da carta com auxílio de alguém que conhecesse tanto chinês quanto português ou inglês é uma das formas mais fáceis de resolver o problema, porém, isto implicaria a violação da privacidade daquele “horto cerrado”, uma profanação do segredo que pertence somente ao casal. E em vez de servir-se de um olhar do Outro a examinar e a interpretar a carta, Ester optava por enfrentar sozinha e segundo a própria compreensão o labirinto misterioso que Lu constituía para ela.

Com efeito, apesar de não conseguir manter-se imune às visões enraizadas na comunidade portuguesa

de Macau de que era quase um escândalo insuperável uma relação amorosa entre uma portuguesa e um chinês (BRAGA, 1993, p. 41, p. 145), perante Lu e a alteridade que ele representa, Ester apreciava sempre o convívio com o homem, sentia profundamente encantada pelo “mistério” dele, decidiu preservar-lhe o mistério. É razoável percebermos aquele mistério de Lu Si-Yuan como a alteridade e a diferença que ele tinha do ponto de vista de Ester. Neste sentido, a portuguesa deu a opção de respeitar as diferenças que existem entre os dois e de compreender o chinês não de uma visão europeia, mas sim chinesa.

Por conseguinte, na mente de Ester, Lu Si-Yuan é um “bosque sagrado”, “viajante das Nuvens, Nam Tin Mun, Porta do Sul do Céu que ainda ninguém transpusera: outro dragão domador dos demónios dos Mares Ocidentais” (BRAGA, 1993, p. 23). Além disso, Ester decidiu não mencionar a carta com o próprio autor, nem lhe pedir a interpretação do conteúdo por causa de que sabia que “românticos os chineses [...] mas também por de mais discretos para exporem os seus sentimentos” (BRAGA, 1993, p. 212). Dessa forma, percebemos o respeito que Ester prestava ao que é mais puro e original entre duas pessoas, a afeição baseada no convívio em pé de igualdade, que ultrapassa as barreiras ideológica, cultural e linguística e para que é mesmo dispensável qualquer “tradução”.

3 Entre as duas “navegações”: decifração do destino português em Macau

Nesse momento de fazer um breve resumo das duas “navegações” portuguesas novecentistas rumo a Macau, vale a pena referir algumas “ações paradoxais” manifestadas em ambas as obras. Por um lado, n’*O caminho do Oriente*, mesmo que a voz apelativa do narrador propague desde o início até ao fim da narração a causa de regressar ao Oriente e de reconstituir lá a grandeza antiga de Portugal, admite a essência das estratégias coloniais de Portugal e não deixa de fazer certos vaticínios sobre o futuro da presença portuguesa em Macau, conscientemente ou não. Por outro lado, em *Nocturno em Macau*, embora Ester, enquanto “uma portuguesa, uma metropolitana” (BRAGA, 1993, p. 41), não conseguisse desembaraçar-se totalmente das críticas convencionais da comunidade portuguesa local sobre a chinesa, tentava desmascarar-se com desamor, conseguia sentir empatia em relação à situação existencial de Xiao e até imaginava uma identidade comum entre si e a chinesa, baseada nas experiências comuns entre as duas.

No capítulo IV d’*O caminho do Oriente*, quando Rodolfo e Frazão partia de Marselha para Macau, o narrador deixa a seguinte profecia: “Ambições, vaidades, ilusões, quantas se desfarão e quantos hão-de voltar, daqueles que o monstro de aço leva?...” (INSO, 1996,

p. 27). Ao ler essa profecia, é natural que recordemos as palavras sábias do velho da praia do Restelo:

— *Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
Cua aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!*

(Canto 4, estrofe 95)

Assim, podemos dizer que como o Poeta, Inso/o narrador está plenamente ciente da essência maldita e cruel da causa colonial portuguesa, que implica desde sempre sacrifícios incessantes do seu povo e que lhe incita constantemente ambições de mandar, vaidades vãs e ilusões enganosas. Ademais, o narrador até mesmo admite os crimes que a Europa cometia contra a China, pois segundo ele, Portugal, no século XVI, começou a sua “expansão na China” (INSO, 1996, p. 95), e seguindo os passos de Portugal, “o resto das nações civilizadas” acelerava a “penetração na China” (INSO, 1996 p. 96). E de uma maneira sem disfarce, o narrador reconhece a ação portuguesa como “a invasão bárbara da nossa civilização na China” (INSO, 1996, p. 115).

No momento da partida de Frazão de Macau para regressar a Portugal, o narrador interpreta Macau como “um grande pacote, onde agora embarcam uns, logo desembarcam outros” (INSO, 1996, p. 174). Conforme

o narrador, as viagens dos europeus na China terminam sempre de uma mesma forma: “Até que um dia quebra-se o encanto, acabou a viagem e *o barco imóvel, amarrado ao continente chinês*, mas onde o europeu tanto viajou que nunca mais o esquece, abre-lhe o portalo, por onde *ele sai com saudade*” (INSO, 1996, p. 174, grifo nosso).

Na interpretação do narrador, Macau é um barco amarrado à China e os europeus não são mais que os seus passageiros. Dessa forma, é de admitir que o narrador faz um palpite preciso do destino da presença portuguesa em Macau, pois em 20 de dezembro de 1999, a soberania de Macau foi devolvida pela República Portuguesa à República Popular da China, e, desde então, os europeus, e sobretudo os portugueses, que dantes viviam uma vida privilegiada em Macau, na qualidade de representantes de respetivos impérios coloniais, tornaram-se visitantes ou cidadãos comuns da cidade.

Ora, em *Nocturno em Macau*, durante os primeiros dias da chegada de Ester, ela tinha-se encontrado com Lu Si-Yuan, no bairro chinês San Kiu, e, a partir de então, sentia afeição pelo homem chinês. Porém, sob os olhares “corrosivos” que existem naquela terra cheia de mexericos, naquele “meio manhoso” que se caracteriza por “consciências leves, bocas pequenas, bafos compridos” (BRAGA, 1993, p. 43), Ester tinha de revestir-se de certos disfarces — relações sociais com Mr. Hó, um manda-chuva da terra, com o mercador indiano, Mister Mendo, com o tenente português, Zacarias —, a fim de manter em segredo o seu amor por Lu Si-Yuan. De vez em quando, Ester

sofria por causa do seu amor clandestino, com saudade do seu amigo enigmático (BRAGA, 1993, p. 47).

Numa noite, afligida por esses sentimentos amargos, caiu em meditação: “Perversidade da minha parte, estou a ser perversa...Vingança. É isso. Estou a vingarme [...] de Macau” (BRAGA, 1993, p. 48). Sentindo-se transtornada pela sua aflição, chegou a pedir ajuda à Providência de Deus:

Senhor, o que eu não daria para receber a paz! Graças dessas, contudo, exigiam renúncia. *Mais que renúncia, destemor. Eu amanhã a sair à rua sem nenhuma reserva. A desafiar Macau, amanhã. Aceitando-me, eu, reconhecendo-me, em Macau. Amanhã...* (BRAGA, 1993, p. 49, grifo nosso)

Por meio da vontade de Ester de renunciar às máscaras de ser uma “metropolitana”, de enfrentar com destemor os olhares e as críticas na sociedade de Macau, de desafiar a convenção social que humilha relações amorosas entre portuguesas e chineses, de aceitar-se e de reconhecer-se, observamos a coragem da portuguesa de ultrapassar os embaraços que a ideologia colonial impõe aos indivíduos que vivem em Macau, e de ganhar a liberdade de amar quem ela quiser.

Em suma, o reconhecimento da essência das ações coloniais do império português e a antevisão perspicaz sobre a presença portuguesa em Macau, representados por Jaime do Inso — defensor fiel da causa colonial e do orientalismo portugueses — *n’O caminho do Oriente*,

assim como a intenção e a prática de subverter as convenções e os estereótipos sociais sobre a comunidade chinesa, que se enraizaram na comunidade colonial portuguesa em Macau, interpretadas por Maria Ondina Braga em *Nocturno em Macau*, tudo isso delineia em conjunto uma tendência rumo ao que Eduardo Lourenço chama de “inversa navegação” em que se realizam passo a passo reconhecimento justo do passado colonial, avaliação sem ilusões obsoletas da realidade atual e reflexão sobre uma postura adequada de Portugal diante de um mundo pós-colonial (LOURENÇO, 2014, p. 284).

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Maria Ondina. *A China fica ao lado*. 4. ed. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991.
- BRAGA, Maria Ondina. *Estátua de sal*. 3. ed. Lisboa: Ulmeiro, 1983.
- BRAGA, Maria Ondina. *Nocturno em Macau*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1993.
- BRAGA, Maria Ondina. *Passagem do Cabo*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1994.
- BRAGA, Maria Ondina. Meu objetivo é falar de homens e mulheres. [Entrevista cedida à] Julita Scarano. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 19 fev. 1984.
- BROOKSHAW, David. Entre o real e o imaginado: o oriente na narrativa colonial portuguesa. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, n. 3-I, p. 33-42, 2000.
- BROOKSHAW, David. A escrita em Macau: uma literatura de circunstâncias ou as circunstâncias de uma literatura. In: LABORINHO, Ana Paula; PINTO, Marta Pacheco. (org.). *Macau na escrita, escritas de Macau*. Ribeirão: Húmus, 2010. p. 19-30.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Pref. de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apre. de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- GARCIA, Conde de Penha. Prefácio à 1 edição. In: INSO, Jaime do (org.). *O caminho do Oriente*. 2 ed. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996. p. 11-12.
- GRAZIANI, Michela. *Culturas em diálogo: Oriente e Ocidente nos textos de ficção macaenses de Maria Ondina Braga*. In: LABORINHO, Ana Paula; e PINTO, Marta Pacheco (org.). *Macau na escrita, escritas de Macau*. Ribeirão: Húmus, 2010. p. 141-150.
- INSO, Jaime do. *O caminho do Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996.
- LABORINHO, Ana Paula. Jaime do Inso e o mistério do Oriente. In: INSO, Jaime do. *O Caminho do Oriente*. 2. ed. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996. p. 5-9.

LABORINHO, Ana Paula. *Wenceslau de Moraes: uma poética da saudade*. In: TOCCO, Valeria (coord.). *L'Oriente nella lingua e nella letteratura portoghese*. Pisa: ETS, 2010. p. 23-36.

LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso impensado*. Orga. e pref. de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.

MARTINS, José Cândido de Oliveira. *Maria Ondina Braga: autobiografia ficcional, intimismo e melancolia*. In: RODRIGUES, Ernesto; SOUSA, Rui (org.). *A dinâmica dos olhares: cem anos de literatura e cultural em Portugal*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. p. 781-791.

PEREIRA, José Carlos Seabra. *O delta literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau, 2015.

PESSANHA, Camilo. *Clepsidra*. Pequim: da Literatura do Povo, 2017.

PUGA, Rogério Miguel. “A imaginação de um ocidental” rumo à alteridade: representações dos espaços (semi)coloniais de Macau em *O caminho do Oriente* de Jaime do Inso. *Hispania*, Baltimore, v. 99, n. 4, p. 541-552, 2016

SAID, Edward. *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Cotovia, 2004.

SIMAS, Mônica. *Margens do destino: Macau e a literatura em língua portuguesa*. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

TAM, Camões A disputa sino-portuguesa sobre a posse da soberania de Macau e o Tratado de Amizade e Comércio entre a China e Portugal sob o ponde de vista do direito internacional. *Revista de Cultura: Instituto Cultural de Macau*, Macau, n. 19, p. 80-88, 1993.

YUAN, Jiayi. *A China e Macau entre duas navegações portuguesas do século XX: O caminho do Oriente* de Jaime do Inso (1932) e *Nocturno em Macau* de Maria Ondina Braga. 2020. 302 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/43725/1/ulfl278142_td.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

ZHU, Xizu. Parecer sobre a anulação do Tratado e a recuperação de Macau pela violação do Tratado, pela invasão do nosso território e pelo assassinio do nosso povo cometido pelos portugueses. *Revista do Oriente*, Xangai, v. 19, n. 11, 1922. Disponível em: <http://cpem.cp.com.cn/Detail/kSrd-2v0PPe8=>. Acesso em: 8 de junho de 2022.